



Internet e militância virtual: a revolução está no ar

ANTONIO OZAÍ DA SILVA *

“As armas da crítica não podem, de fato, substituir a crítica das armas; a força material tem de ser deposta por força material, mas a teoria também se converte em força material uma vez que se apossa dos homens. A teoria é capaz de prender os homens desde que demonstre sua verdade face ao homem, desde que se torne radical. Ser radical é atacar o problema em suas raízes. Para o homem, porém, a raiz é o próprio homem”.

(Karl Marx. **Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**)

“Em O Processo, Josef K. é acusado de um crime – mas não sabe de que natureza, nem quem fez a acusação. O computador transforma muitos de nós em Josef K. Muitas vezes ele funciona como uma espécie de acusador impessoal, que não revela, nem se pede que revele, as fontes dos julgamentos feitos contra nós. Parece que basta o computador ter declarado. Quem colocou o dado nele, com que objetivo, para conveniência de quem, baseado em que suposições – são perguntas que não são feitas”.

(Neil Postman, 1994: 121)

Como é comum às inovações tecnológicas, muitos se entusiasмам exageradamente (tecnófilos); outros, são críticos renitentes, (tecnófobos). Num e noutro caso, estamos diante de profetas de um único olho: os primeiros veem apenas os efeitos positivos; os outros são incapazes de reconhecer qualquer positividade. Como ressalta Postman (1994: 15), “às vezes é preciso uma voz discordante para moderar a gritaria feita pelas multidões entusiásticas”. É preciso reconhecer as vantagens, mas não se pode perder de vista que os benefícios das novas tecnologias não se distribuem igualmente; que elas propiciam a

formação de novas elites e tem o poder de potencializar os malefícios.

Nos meus tempos de militância partidária era comum a brincadeira em relação a grupelhos políticos que, afirmava-se, cabiam num fusquinha. Hoje, a internet torna possível o partido do ‘UM’. Não há mais necessidade de se submeter ao centralismo democrático, à disciplina e direção partidária. Você pode se tornar o partido, o Big Brother onipresente em todos os computadores conectados à rede, basta seguir alguns procedimentos típicos:

- adotar como hábito o envio de e-mails a uma longa lista de



pessoas – cuja maioria não lhe conhece, provavelmente nunca lhe conhecerá e nem solicitou suas mensagens.

- participar das comunidades virtuais e debater árdua e diuturnamente, entupindo-a com anexos e informações que você considera importante (ainda que a fonte seja comum e de fácil acesso para os demais).
- fazer seu próprio site e usá-lo como plataforma para divulgar a sua mensagem por toda rede.

Isso, é claro, é uma situação limite; porém, presente na Internet. Vejamos como funciona: 'A' considera que um artigo publicado num jornal de circulação nacional, e inclusive disponível na Internet, é fundamental para o avanço do processo revolucionário e, sem refletir ou partindo do pressuposto de que apenas ele, quem sabe por predestinação, teve acesso àquele dado, transmite a 'B' (ou seja, indiscriminadamente, para todos da sua lista de endereços); 'B' recebe a mensagem e, também irrefletidamente, retransmite-a...

Mesmo admitindo-se que nem todos leiam, por exemplo, a Folha de S. Paulo, não seria o caso de indicar o artigo ou perguntar se o outro deseja recebê-lo? Não, as pessoas andam demasiadamente ocupadas. É bem mais fácil, com alguns cliques, enviar para todos... E se a mensagem retransmitida consecutivamente incluir aqueles anexos de imagens ou textos com bites em número suficiente para fazer sorrir os acionistas das empresas telefônicas?

Esse típico militante virtual sempre está repleto das melhores intenções. O problema é que esse processo tende a se reproduzir: 'A', 'B', 'C', 'D'... transmitem e recebem as mesmas

mensagens, entupindo o correio eletrônico de megabytes, travando computadores etc. Apesar das boas intenções, estabelece-se uma circulação viciada: recebemos e repassamos informações sem que, em geral, nos perguntemos se o interlocutor tem acesso à fonte original, se estamos incomodando-o e sem questionarmos a fidedignidade das fontes.¹

Trata-se de um ativismo que redundando no que Bourdieu (1997), considerando o campo jornalístico, denominou de circulação circular das informações. Como os jornalistas, os internautas constituem um campo com interesses, muitas vezes conflitantes, e propriedades comuns: lemos uns aos outros e somos informados por mecanismos e fontes semelhantes.

Esse fenômeno também ocorre com os sites individuais e institucionais. Todavia, em certas circunstâncias a reprodução da informação, devido à facilidade de difusão, pode representar um fator positivo – em especial, artigos assinados e de relevância política e/ou acadêmica. O problema está na forma e nos critérios sobre a importância do que é repassado e/ou republicado. Estamos diante de uma questão que, dado à subjetividade e interesses do emissor, parece insolúvel. Talvez seja o caso de adotarmos uma ética para a comunicação via Internet e de nos reeducarmos para o uso eficiente e respeitoso.

Apesar dos problemas, intensifica-se o uso político da rede mundial de computadores: estamos diante de uma nova modalidade da política. Hitler, Franklin Roosevelt e Getúlio Vargas, souberam como poucos usar o rádio enquanto instrumento político. Quando surgiu a TV, John Kennedy logo percebeu sua utilidade política. Com a Internet não foi diferente. Pouco a pouco os políticos descobriram as vantagens da



comunicação virtual: ampliou-se o número de sites político-partidários com design arrojado e profissional. Em períodos eleitorais, a Internet transformou-se em mais um campo de disputa, inclusive com os sites oficiais servindo como fonte para a mídia em geral. Muitos candidatos não hesitaram em invadir nossos computadores com propaganda eleitoral via e-mail – muitos devem ter perdido votos por isso.

Apesar da crescente militância virtual, estudos recentes indicam que estamos longe de superar a exclusão digital. Os dados divulgados são estarrecedores: apenas 12,46% dos brasileiros têm computador em casa; e destes, apenas 8,31% se conectam à Internet. Por que, então, a Internet faz sucesso na política? Se assumirmos o seu caráter elitista e levarmos em conta a composição social dos usuários temos a resposta: seu público é formador de opinião. O usuário da internet constitui uma elite socioeconômica – da classe média às grandes empresas, incluindo um setor intermediário com pouco capital econômico, mas com certo acúmulo de capital cultural e poder de influência. Isso explica a sua importância política.

Por outro lado, o espectro ideológico na Internet é amplo. Use um desses programas de busca e você provavelmente se admirará com a quantidade e variedade de sites ativistas que encontrará: da extrema-direita à extrema-esquerda e até os que defendem a organização dos ateus. Essa pluralidade de ideias e informações circulando livre e democraticamente, aliado às facilidades que a tecnologia coloca ao nosso alcance é, sem dúvida, um fator positivo, mas também negativo (imaginemos a potencialidade para a difusão de ideias racistas, nazistas, etc.). De qualquer maneira, não é por acaso que o uso da Internet sofre restrições em

países onde predominam governos ditatoriais.

A Internet, advogam os entusiastas, tem potencial para a construção da cidadania e o fortalecimento da democracia. De fato, a rede possibilita condições favoráveis ao exercício da cidadania: o acesso a arquivos e dados governamentais, de forma rápida, com custos acessíveis e sem a via sacra da submissão aos ditames burocráticos – favorecendo, assim, o controle dos governantes pela sociedade civil; pode-se até empreender experiências de democracia direta com o voto on-line para escolher os representantes e debater temas específicos e plebiscitários.

Na Internet, acreditam os mais otimistas, somos todos cidadãos. Há quem a compare a uma nova Revolução Francesa, capaz de eliminar as diferenças étnicas e de classes. Para esses espíritos mais arrebatados, a Internet é sinônimo de liberdade e a máxima expressão da democracia. Deslumbrados com as facilidades e possibilidades da rede, os novos jacobinos esquecem que a virtualidade não elimina a realidade social e econômica injusta e desigual. Na verdade, gostemos ou não, a Internet reflete a estrutura de classes e grupos sociais materializada no capitalismo realmente existente.

Somos parte da elite que incorporou o computador e a Internet ao cotidiano. Muitas vezes, o hábito ofusca a visão e sensibilidade sobre a realidade socioeconômica. Irmanados em nossas ilhas virtuais, muitos de nós olvidamos um dado simples: a exclusão digital espelha o apartheid social que mantém milhões de pessoas à margem do mercado. Enquanto nos irritamos com a lentidão da conexão, com o entulho que recebemos por e-mail, ou com as discussões sobre o sexo dos anjos, os excluídos reais e virtuais têm que matar

um tigre a cada dia para terem o direito de viver.

Não obstante, reconhecemos as potencialidades da Internet enquanto meio de ativismo político. Os zapatistas foram pioneiros no uso dessa tecnologia – mas também os grupos fundamentalistas cristãos e a Milícia Norte-Americana nos EUA. Contudo, o exemplo zapatista comprova que a militância virtual é consequente na medida em que se vincule a movimentos sociais reais.

É necessário refletirmos sobre o militantismo virtual e até mesmo sobre o significado de escrever e publicar na rede. Não duvidamos das boas intenções de quem quer que seja, mas chamamos a atenção para o autoengano que cometemos ao supervalorizar o meio eletrônico enquanto instrumento de militância. Desvinculada da realidade, isto é, dos movimentos sociais concretos, a militância virtual pode até alimentar o nosso ego, apaziguar nossas consciências e gerar a ilusão de que convertermos os convertidos. É preciso

ter consciência dos limites e alcance do ativismo virtual, evitando a ingenuidade dos que imaginam revolucionar a sociedade através de e-mails ou artigos publicados na rede. Para esse tipo de ativismo a revolução está literalmente no ar...

Referências

BOURDIEU, Pierre. Sobre a Televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede [A era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – Volume 1]. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LUPINACCI, Heloisa Helena. Ciberativismo: Internet é palco de protestos e ações sociais. In: Folha de S. Paulo, 31 de julho de 2002 (Caderno de Informática) – <http://www.uol.com.br/fsp/informat/fr3107200218.htm>

MARX, Karl. Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel

POSTMAN, Neil. Tecnopólio: a rendição da cultura à tecnologia. São Paulo: Nobel, 1994.

SCHWARTZ, Gilson. Exclusão digital limita a inserção global do Brasil. In: Folha de S. Paulo, 13 de abril de 2003.



* **ANTONIO OZAÍ DA SILVA** é professor no Departamento de Ciências Sociais

(UEM) e doutorando na Faculdade de Educação (USP).

¹ Ver [Usos e abusos do correio eletrônico](#), Revista Espaço Acadêmico nº 8.